REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM MOÇAMBIQUE: PROPOSTA DE UMA POLÍTICA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL E A CIDADANIA (PNEDSC)

HOLISTIC EDUCATION IN MOZAMBIQUE: PROPOSAL FOR A NATIONAL POLICY FOR SOCIOEMOTIONAL DEVELOPMENT AND CITIZENSHIP (PNEDSC)

EDUCACIÓN INTEGRAL EN MOZAMBIQUE: PROPUESTA DE UNA POLÍTICA NACIONAL PARA EL DESARROLLO SOCIOEMOCIONAL Y LA CIUDADANÍA (PNEDSC)

Dionísio Ernesto Tomás[1]

e666529
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6529

PUBLICADO: 6/2025

RESUMO

O artigo científico sobre a Política Nacional de Educação para o Desenvolvimento Socioemocional e Cidadania (PNEDSC) visa promover uma educação integral que desenvolva competências socioemocionais e valores de cidadania nos estudantes. O foco está no fortalecimento do desenvolvimento socioemocional e na construção da cidadania activa. O problema central identificado é a falta de uma política nacional que integre, de forma sistemática, essas competências no currículo escolar. Muitas instituições abordam essas áreas de maneira fragmentada e desorganizada, comprometendo a eficácia das práticas pedagógicas voltadas para a formação de cidadãos críticos, empáticos e responsáveis. O objectivo da pesquisa é promover competências socioemocionais no ensino geral, incentivar práticas pedagógicas cidadãs e fortalecer uma cultura de paz, respeito à diversidade e equidade nas escolas. O estudo surge da crescente demanda por políticas educacionais que integrem as competências socioemocionais ao currículo, reconhecendo o impacto positivo dessa abordagem no desenvolvimento global dos alunos. Para tornar a pesquisa possível, foi utilizado o método qualitativo, com análise documental das directrizes da PNEDSC e entrevistas com educadores e gestores para avaliar a implementação da política nas escolas. A PNEDSC apresenta um potencial significativo para transformar a educação, sendo necessária maior capacitação dos educadores e acompanhamento contínuo para garantir sua efectividade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Socioemocional. Cidadania. Políticas Públicas Educacionais. Desenvolvimento Integral.

ABSTRACT

The scientific article on the National Policy for Education in Socioemotional Development and Citizenship (PNEDSC) aims to promote holistic education that develops socioemotional skills and citizenship values in students. The focus is on strengthening socioemotional development and building active citizenship. The central issue identified is the lack of a national policy that systematically integrates these competencies into the school curriculum. Many institutions address these areas in a fragmented and disorganised manner, undermining the effectiveness of teaching practices aimed at forming critical, empathetic, and responsible citizens. The objective of the research is to promote socioemotional competencies in general education, encourage civic pedagogical practices, and strengthen a culture of peace, respect for diversity, and equity in schools. The study arises from the growing demand for educational policies that integrate

[1] Doutorando em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique e Licenciando em Informática Aplicada pela Universidade Rovuma, Mestrado em Psicopedagogia pela Academia Militar Marechal "Samora Machel" e Licenciado em Ensino de Matemática com Habilitações em Física pela Universidade Pedagógica de Moçambique.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

socioemotional competencies into the curriculum, recognising the positive impact of this approach on the overall development of students. To make the research possible, a qualitative method was used, with documentary analysis of the PNEDSC guidelines and interviews with educators and managers to assess the implementation of the policy in schools. The PNEDSC presents significant potential to transform education, but greater teacher training and ongoing monitoring are needed to ensure its effectiveness.

KEYWORDS: *Socioemotional Education. Citizenship. Educational Public Policies. Holistic Development.*

RESUMEN
El artículo científico sobre la Política Nacional de Educación para el Desarrollo Socioemocional y Ciudadanía (PNEDSC) tiene como objetivo promover una educación integral que desarrolle competencias socioemocionales y valores de ciudadanía en los estudiantes. El enfoque está en el fortalecimiento del desarrollo socioemocional y en la construcción de una ciudadanía activa. El problema central identificado es la falta de una política nacional que integre, de forma sistemática, estas competencias en el currículo escolar. Muchas instituciones abordan estas áreas de manera fragmentada y desorganizada, lo que compromete la eficacia de las prácticas pedagógicas orientadas a la formación de ciudadanos críticos, empáticos y responsables. El objetivo de la investigación es promover competencias socioemocionales en la educación básica, incentivar prácticas pedagógicas ciudadanas y fortalecer una cultura de paz, respeto a la diversidad y equidad en las escuelas. El estudio surge de la creciente demanda por políticas educativas que integren las competencias socioemocionales al currículo, reconociendo el impacto positivo de este enfoque en el desarrollo integral de los alumnos. Para llevar a cabo la investigación se utilizó el método cualitativo, con análisis documental de las directrices de la PNEDSC y entrevistas con educadores y gestores para evaluar la implementación de la política en las escuelas. La PNEDSC presenta un potencial significativo para transformar la educación, siendo necesaria una mayor capacitación de los educadores y un seguimiento continuo para garantizar su efectividad.

PALABRAS CLAVE: *Educación Socioemocional. Ciudadanía. Políticas Públicas Educativas. Desarrollo Integral.*

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto processo nobre e estruturante da condição humana, deve sempre estar em consonância com as exigências do seu tempo, sem jamais descurar da formação integral do indivíduo. Nos albores do século XXI, somos confrontados com mutações sociais, culturais e tecnológicas de inusitada celeridade, as quais reclamam uma resposta educativa que transcenda a mera aquisição de saberes técnicos ou científicos. Nesta conformidade, a presente dissertação propõe-se a analisar a Política Nacional de Educação para o Desenvolvimento Socioemocional e Cidadania (doravante designada por PNEDSC), a qual se afigura como instrumento fundamental para colmatar lacunas persistentes no sistema educativo nacional.

É entendimento comum que o desenvolvimento cognitivo, por si só, não se mostra suficiente para preparar sujeitos plenamente realizados, aptos a interagir com sensibilidade, responsabilidade e espírito cívico nas diversas esferas da vida comunitária. A escola, enquanto

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

locus privilegiado de socialização e transmissão de valores, é chamada a assumir um compromisso consciente com a promoção das competências socioemocionais e da cidadania activa, cultivando, assim, um ethos educativo verdadeiramente humanista.

Não obstante o reconhecimento crescente da importância destas dimensões, observa-se, ainda, uma preocupante ausência de uma política nacional estruturada que integre, de modo sistemático e coerente, tais competências no currículo escolar. A abordagem, frequentemente fragmentária e assistemática, tem comprometido a eficácia das práticas pedagógicas e obstado à formação de cidadãos críticos, solidários e comprometidos com o bem comum.

É neste cenário que a PNEDSC se apresenta como resposta articulada e prospectiva, procurando instituir, de forma transversal, a educação socioemocional e a cidadania como pilares fundamentais do ensino básico. A política em questão visa fomentar a cultura de paz, a equidade, o respeito pela diversidade e a valorização da dignidade humana, apostando, igualmente, na formação contínua do corpo docente como mediador consciente e intencional do desenvolvimento integral dos educandos. Deste modo, esta política desponta como esperança renovada para uma educação verdadeiramente transformadora e inclusiva.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Conceitos e abordagens sobre políticas públicas na educação

As políticas públicas educacionais têm como objectivo garantir o direito à educação, promovendo o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para toda a população. De acordo com (Freire, 1993a), a educação deve ser um espaço de transformação e emancipação dos sujeitos. Para ele, a educação não pode ser neutra ou técnica, devendo ser orientada por valores democráticos e sociais. Como afirma (Freire, 1993a), “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa (...) mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo.” Em consonância com essa perspectiva, as políticas públicas educacionais devem ser inclusivas e garantir o acesso universal ao conhecimento, promovendo práticas pedagógicas que rompam com a dominação e valorizem o diálogo e a escuta.

O autor defende que a educação popular, a qual reconhece os saberes das classes populares, é fundamental para a prática democrática da escola pública. Nesse sentido, políticas educacionais de qualidade devem ir além da mera oferta de vagas e garantir condições concretas de aprendizagem e participação crítica.

Além disso, as abordagens teóricas sobre políticas públicas educacionais variam. A abordagem neoinstitucionalista destaca o papel das instituições, tanto formais quanto informais, na formulação e implementação das políticas educacionais, reconhecendo como estas moldam comportamentos e decisões no sistema educacional. Já a análise de políticas públicas, conforme

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Teles (2008), foca nas etapas do processo político — formulação, implementação e avaliação — e reconhece os múltiplos atores envolvidos e os contextos históricos e sociais que influenciam as decisões políticas.

Por outro lado, a abordagem crítica, conforme (Klein, s. d.), compreende as políticas educacionais como expressão das lutas de classe e das disputas ideológicas em torno do papel da escola na reprodução ou superação das desigualdades sociais. Essa visão denuncia a captura da educação pelo discurso neoliberal e propõe uma política educacional voltada à transformação social e inclusão das classes marginalizadas, alinhando-se com o pensamento de (Freire, 1993a) sobre a educação libertadora.

2.2. A relevância da educação socioemocional e da cidadania no desenvolvimento sustentável

A relevância da educação socioemocional e da cidadania no desenvolvimento sustentável é fundamental para a formação integral do ser humano. A educação não deve se limitar à transmissão de conhecimentos técnicos, mas também integrar dimensões éticas, afectivas e sociais (UNESCO, 2017). A UNESCO (2017) enfatiza que “a educação para o desenvolvimento sustentável deve capacitar os alunos a tomar decisões informadas e responsáveis para a integridade ambiental, a viabilidade económica e uma sociedade justa para as gerações atuais e futuras”. Nesse contexto, a educação socioemocional desempenha um papel crucial ao formar cidadãos conscientes, empáticos e engajados, comprometidos com a transformação social.

A Casel (2020) define educação socioemocional como o processo de "adquirir e aplicar conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para compreender e gerenciar emoções, estabelecer e alcançar objectivos positivos, sentir e demonstrar empatia pelos outros, estabelecer e manter relações positivas e tomar decisões responsáveis". Essas competências são essenciais para a construção de sociedades sustentáveis, pois promovem o respeito, a solidariedade e o compromisso colectivo.

Rousseau (s. d.), diz que a educação deveria ser progressiva, sensível às etapas da vida, e seu objectivo seria despertar o sentimento de humanidade e desenvolver a capacidade de se colocar no lugar do outro. O Autor afirmava que a natureza humana é mutável e se adapta às condições sociais e históricas, sugerindo que a educação deve ser um instrumento de transformação social e pessoal. Para ele, a educação, a moral e a política estão interligadas no projecto de uma sociedade sustentável. Assim, as ideias de Rousseau oferecem uma base para compreender como a educação, ao cultivar a empatia e a justiça, pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

2.3. Evolução das Políticas Educativas em Moçambique

Desde o fim da guerra civil em 1992, Moçambique tem atravessado um processo de reconstrução nacional, no qual a educação ocupou um lugar central. A urgência em sanar o deficit educacional herdado do conflito impulsionou o Governo a implementar políticas educativas voltadas para o acesso universal ao ensino fundamental, principalmente nas zonas rurais. Esse esforço reflectiu-se numa fase inicial de expansão intensiva, particularmente a partir do ano 2000, centrada na construção de escolas, formação de professores e eliminação de barreiras económicas ao acesso escolar, como taxas e custos com material escolar (Banco Mundial, 2004).

A Constituição da República de Moçambique tem sido um instrumento normativo fundamental no delineamento dessas políticas. A Constituição de 1990 estabeleceu as bases estruturais para a promoção da educação, introduzindo o princípio da não confessionalidade do ensino público: O ensino público não é confessional (Constituição da República, 1990, Artigo 113,n.o 3). Esta disposição foi mantida nas Constituições subsequentes de 2004 e 2018, que reforçaram o direito à educação obrigatória e gratuita, ampliando o compromisso estatal com a democratização do ensino.

2.3.1. Principais marcos históricos das políticas educacionais

Após as primeiras eleições multipartidárias em 1994, o governo democrático reafirmou o compromisso com a reconstrução do sistema educativo. Este período viu avanços significativos, como a ampliação da rede de escolas primárias e a introdução de reformas curriculares. Um marco essencial foi a abolição das mensalidades escolares, acompanhada da implementação do programa Apoio Directo às Escolas (ADE), que transferiu recursos financeiros directamente às escolas, fortalecendo a capacidade de gestão local e incentivando a permanência escolar (Fox *et al.,* s. d.).

Outros marcos importantes incluem a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, que estabelece que “o Estado organiza e desenvolve a educação através de um sistema nacional de educação” (Constituição da República, 2018, Artigo 113, n.o 2). Além disso, a autonomia do ensino superior foi assegurada juridicamente: “As instituições públicas do ensino superior são pessoas colectivas de direito público [...] gozam de autonomia científica, pedagógica, financeira e administrativa” (Constituição da República, 1990; Constituição da República,2004; Constituição da República, 2018, Artigo 114, n.º 2).

A reestruturação institucional de 2015 trouxe mudanças profundas na gestão dos subsistemas de ensino. O subsistema de Educação Profissional e o subsistema de Ensino Superior passaram a ser geridos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, reflectindo um redireccionamento estratégico do sector (Ministério da

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Educação e Desenvolvimento Humano, Moçambique, 2020). Essa redistribuição visou alinhar as políticas educativas às demandas de um mercado de trabalho em transformação e às exigências do desenvolvimento científico e tecnológico.

2.4. Lacunas e desafios nas políticas educativas existentes em Moçambique

A análise das políticas educativas em Moçambique revela desafios persistentes na implementação, enraizados tanto em estruturas institucionais rígidas quanto na ausência de uma abordagem centrada no contexto sociocultural. Como destaca Paulo Freire, muitas políticas fracassam por não se basearem na realidade concreta dos educandos, mantendo uma concepção bancária da educação que nega a participação activa e o diálogo (Freire, 1987). Essa crítica encontra eco nas políticas moçambicanas que, apesar das boas intenções, muitas vezes se apresentam como autoritárias e verticais, sem considerar a cultura, a língua e a história das comunidades (Freire, 1993b). A centralização excessiva e a limitada participação local comprometeram o sucesso de reformas como a introdução do novo currículo, cuja eficácia foi dificultada por deficiências na formação de professores e pelo uso de materiais descontextualizados (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020).

No que toca à formação socioemocional e cidadã, a política educacional demonstra lacunas profundas. Freire argumenta que educar é um acto de amor e coragem, voltado ao desenvolvimento da consciência crítica e do respeito mútuo (Freire, 1993b). A ausência dessa abordagem nas escolas moçambicanas produz sujeitos alienados, pouco preparados para a cidadania activa (Freire, 1987). Foucault reforça essa crítica ao demonstrar que os mecanismos de vigilância e normalização nas escolas inviabilizam a formação de sujeitos críticos, ao transformar a educação num espaço de produção de identidades subordinadas (Foucault, 1975). Portanto, a superação dessas lacunas exige uma reforma profunda que considere o contexto cultural, envolva as comunidades e promova uma educação integral e emancipadora.

3. MÉTODOS

A formulação da Política Nacional de Educação para o Desenvolvimento Socioemocional e Cidadania (PNEDSC) em Moçambique seguiu uma abordagem metodológica qualitativa, com o objectivo de compreender as dinâmicas sociais, culturais e institucionais que moldam o sistema educativo. Essa opção metodológica possibilitou captar as nuances do contexto moçambicano, assegurando que a política reflectisse as realidades das comunidades educativas.

O processo começou com um diagnóstico aprofundado do estado da educação, com foco no ensino básico e secundário. Esse diagnóstico incluiu a análise de documentos oficiais do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, estudos académicos e relatórios de

organizações internacionais como a UNESCO. A revisão de legislação e políticas anteriores foi essencial para identificar avanços e desafios.

O envolvimento das partes interessadas foi central. Realizaram-se consultas com professores de escolas secundárias no Distrito de Malema, por meio de questionários que avaliaram percepções sobre a formação em competências socioemocionais e cidadania. Workshops e reuniões comunitárias também garantiram a inclusão das vozes das famílias e comunidades.

A abordagem qualitativa permitiu uma análise profunda e contextualizada das experiências dos diferentes atores, respeitando as especificidades culturais e sociais. Assim, a PNEDSC foi fundamentada em evidências concretas, sensível ao contexto e alinhada às necessidades do sistema educativo moçambicano.

4. FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E CIDADANIA (PNEDSC)

A Política Nacional de Educação para o Desenvolvimento Socioemocional e Cidadania (PNEDSC) visa integrar, de forma sistemática, competências socioemocionais e valores cívicos nas práticas pedagógicas. Seu objectivo é garantir que a educação básica e secundária em Moçambique promova não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a formação integral dos estudantes. A política busca formar cidadãos éticos e participativos, preparados para contribuir com uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Ao enfrentar desafios ligados à qualidade da educação e à preparação dos jovens para a vida, a PNEDSC responde à necessidade de uma abordagem educativa mais completa e transformadora.

4.1. Objectivos da política

O principal objectivo da PNEDSC é promover uma educação integral que desenvolva tanto competências socioemocionais como valores de cidadania nos estudantes. Para atingir esse fim, a política estabelece vários objectivos específicos:

- Integrar conteúdos e práticas pedagógicas que fomentem o desenvolvimento socioemocional e cívico no currículo escolar;
- Capacitar professores e gestores escolares para a implementação desses princípios nas suas práticas diárias;
- Estimular a participação activa dos estudantes na vida comunitária e nas questões cívicas, de forma ética e responsável;

- Fortalecer a escola como um espaço de convivência, onde se respeite a diversidade e se promova uma cultura de paz;

- Garantir políticas inclusivas, assegurando que todos os estudantes tenham acesso equitativo e permanecem na escola;

4.2. Público-alvo

O público-alvo principal da PNEDSC são os estudantes da educação básica e secundária em Moçambique, sendo reconhecido que a formação integral dos alunos deve englobar, além das competências cognitivas, o fortalecimento das competências socioemocionais e valores de cidadania. Estes estudantes são vistos como agentes de transformação social, preparados para enfrentar desafios pessoais, sociais e profissionais de forma crítica, ética e empática.

Além dos estudantes, a política visa também os professores, gestores escolares e demais profissionais da educação, cuja formação contínua é fundamental para implementar eficazmente as directrizes da PNEDSC. A capacitação destes profissionais é vista como essencial para a criação de ambientes educativos acolhedores e participativos, que promovam a inclusão e a cultura de paz.

A PNEDSC reconhece igualmente a importância das famílias e comunidades no processo educativo. A valorização da colaboração familiar e comunitária busca fortalecer os laços entre escola e sociedade, promovendo uma educação contextualizada, colaborativa e alinhada com a realidade local. O envolvimento de todos os atores sociais é imprescindível para o sucesso do processo educativo.

4.3. Justificativa

A necessidade da PNEDSC surge da constatação de que, embora o sistema educativo de Moçambique tenha avançado no que toca ao acesso e à infra-estrutura, ainda enfrenta desafios significativos em termos de qualidade e formação integral dos estudantes. A ausência de uma abordagem que contemple o desenvolvimento socioemocional e a cidadania limita a capacidade dos jovens de se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

Estudos revelam que a integração de competências socioemocionais nos currículos escolares contribui significativamente para a melhoria do desempenho académico, a redução da violência escolar e a promoção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e colaborativos. Além disso, a formação cidadã é essencial para o fortalecimento da democracia e da coesão social, especialmente em contextos marcados por desigualdades e desafios socioeconómicos.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

4.4. Directrizes e estratégias

4.5. Integração curricular

A integração curricular é uma das principais directrizes da PNEDSC, essencial para a formação integral dos estudantes. O currículo da educação básica e secundária será revisto para incluir conteúdos e práticas que desenvolvam competências socioemocionais e cívicas, como empatia, autocontrole, pensamento crítico e participação activa.

Essa integração também implica produzir materiais didácticos sensíveis à realidade sociocultural de Moçambique, promovendo uma educação contextualizada e inclusiva. Os conteúdos devem reflectir a diversidade étnica, linguística, histórica e cultural do país, reforçando a identidade individual e colectiva dos estudantes.

Será igualmente promovida a abordagem interdisciplinar no currículo, incentivando a colaboração entre áreas do saber e o desenvolvimento de projectos pedagógicos inovadores, conectando os conhecimentos escolares aos desafios da vida real.

4.6. Formação de professores

A formação de professores é uma das directrizes mais cruciais da PNEDSC, pois o papel do educador é central na implementação da política. A formação de docentes deve ser tanto inicial quanto continuada, com o objectivo de capacitá-los a integrar as competências socioemocionais e os valores de cidadania nas suas práticas pedagógicas. Esta formação inclui teorias pedagógicas, metodologias de ensino e práticas de gestão emocional, comunicação não-violenta, resolução de conflitos e participação democrática.

A política incentiva a parceria com instituições de ensino superior e centros de formação de professores, para que estes possam oferecer cursos e oficinas de formação contínua que atendam às necessidades dos educadores em relação ao desenvolvimento socioemocional e à formação cidadã.

4.7. Envolvimento da comunidade

O envolvimento da comunidade é uma directriz essencial da PNEDSC, com o intuito de fortalecer os laços entre a escola, a família e a sociedade. Para tanto, são previstas a criação de espaços de diálogo e colaboração, para fomentar a participação activa de todos os atores sociais no processo educativo.

A PNEDSC também sugere a realização de campanhas de sensibilização sobre a importância da educação socioemocional e da cidadania, mostrando como estas contribuem para o desenvolvimento individual, a convivência pacífica e a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

4.8. Monitoria e avaliação

A monitoria e avaliação da PNEDSC são fundamentais para garantir a efectividade da implementação das suas directrizes. A política propõe a definição de indicadores específicos para avaliar o progresso da implementação, abrangendo tanto aspectos qualitativos (como o impacto nas atitudes e comportamentos dos estudantes) quanto quantitativos (como a adesão às práticas pedagógicas e à formação de professores). A avaliação será realizada de forma contínua e será uma ferramenta essencial para ajustar as estratégias pedagógicas conforme necessário.

A avaliação também terá um carácter participativo, com a inclusão de professores, gestores, estudantes, famílias e membros da comunidade, garantindo uma abordagem colaborativa e transparente.

4.9. Responsabilidade e colaboração

A implementação da Política Nacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania (PNEDSC) será liderada pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), que terá a responsabilidade central de coordenar todas as acções e assegurar que as directrizes estabelecidas na política sejam seguidas de forma eficaz e coerente. O sucesso desta implementação dependerá, em grande medida, da colaboração multissectorial e do envolvimento activo de diversos actores sociais.

Nesse sentido, instituições de ensino superior desempenharão um papel estratégico na produção de conhecimento, formação de professores e desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados à realidade nacional e aos princípios da sustentabilidade e cidadania. A sociedade civil, por sua vez, será envolvida como parceira na dinamização de actividades comunitárias, promoção de campanhas de sensibilização e mobilização social, contribuindo para a apropriação da política pelas comunidades locais. As próprias comunidades, enquanto principais beneficiárias, terão um papel participativo essencial, especialmente na adaptação de práticas sustentáveis aos seus contextos específicos.

Além disso, a implementação da PNEDSC exigirá uma articulação efectiva com outros ministérios, como o Ministério do Ambiente, Ministério da Juventude e Emprego, Ministério da Saúde, entre outros, de forma a garantir que as políticas públicas de cada sector estejam alinhadas com os objectivos da educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania. Este alinhamento interministerial será crucial para a integração da PNEDSC em todos os níveis da governação e para assegurar a transversalidade da educação para a sustentabilidade em todas as esferas da vida nacional. Através dessa abordagem integrada e participativa, espera-se que a PNEDSC contribua significativamente para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

5. CONSIDERAÇÕES

A Política Nacional de Educação para o Desenvolvimento Socioemocional e Cidadania (PNEDSC) representa um avanço estratégico e necessário no contexto educacional de Moçambique, especialmente diante dos desafios históricos e sociais enfrentados pelo país. A análise da revisão literária demonstra que o simples acesso à educação, embora fundamental, não é suficiente para promover a formação integral do indivíduo e o desenvolvimento sustentável da sociedade. A PNEDSC reconhece que a educação deve transcender a dimensão cognitiva, incorporando a formação das competências socioemocionais e cidadãs como pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Os fundamentos teóricos, especialmente a pedagogia libertadora de Paulo Freire e as perspectivas da UNESCO, indicam que o desenvolvimento dessas competências é crucial para o exercício pleno da cidadania, para a convivência pacífica e para o fortalecimento dos valores éticos que sustentam a democracia. O enfoque na empatia, no diálogo e na participação ativa reforça o compromisso com a transformação social e com a redução das desigualdades que ainda persistem em Moçambique.

A trajectória das políticas educativas no país, marcada por conquistas no acesso e infra-estruturas, revela, no entanto, lacunas significativas na qualidade da formação e na contextualização das práticas pedagógicas. A PNEDSC surge como uma resposta a essas lacunas, buscando implementar uma educação que valorize as especificidades culturais, promova a autonomia dos atores educacionais e integre as famílias e comunidades no processo educativo. A metodologia qualitativa utilizada na formulação da política assegurou um alinhamento realista e sensível às necessidades dos diferentes atores, o que é vital para o sucesso da sua implementação.

Assim, a PNEDSC não apenas oferece uma estrutura normativa, mas propõe uma mudança paradigmática na educação moçambicana, colocando a formação socioemocional e cidadã no centro do projecto educativo nacional, preparando jovens para os desafios pessoais, sociais e profissionais do século XXI.

6. RECOMENDAÇÕES

Para garantir o êxito da PNEDSC e sua efectiva contribuição para a melhoria do sistema educativo e do desenvolvimento socioemocional e cidadão dos estudantes moçambicanos, recomenda-se:

Capacitação contínua e contextualizada dos professores e gestores escolares: Investir em formação inicial e contínua que desenvolva competências pedagógicas para a

integração das dimensões socioemocionais e cidadãs no cotidiano escolar, considerando as realidades culturais e sociais locais.

Revisão e adaptação curricular participativa: Promover processos de revisão curricular que envolvam professores, alunos, famílias e comunidades, assegurando que os conteúdos e práticas reflictam as necessidades e valores da sociedade moçambicana, favorecendo a aprendizagem significativa.

Fortalecimento da articulação entre escola, família e comunidade: Estimular mecanismos de cooperação que aproximem a escola das famílias e comunidades, valorizando saberes locais, promovendo a co-responsabilidade na educação e ampliando o impacto das ações socioemocionais e cidadãs.

Monitoramento e avaliação contínua: Implementar sistemas de acompanhamento que avaliem não só o desempenho académico, mas também o desenvolvimento das competências socioemocionais e valores de cidadania, possibilitando ajustes dinâmicos na política e nas práticas escolares.

Promoção de ambientes escolares inclusivos e pacíficos: Investir em estratégias e programas que promovam a diversidade, o respeito mútuo e a cultura de paz, combatendo a violência e o bullying, criando condições para que todos os estudantes se sintam seguros e valorizados.

Mobilização de recursos e parcerias estratégicas: Garantir a alocação orçamental suficiente para a implementação da PNEDSC, além de fomentar parcerias com organizações internacionais, ONGs e sector privado para apoio técnico, financeiro e inovação pedagógica.

Comunicação e sensibilização social: Desenvolver campanhas e programas de sensibilização que reforcem a importância da educação socioemocional e cidadã na sociedade, mobilizando atores sociais para o engajamento colectivo em torno dos objectivos da política.

Ao seguir essas recomendações, Moçambique poderá avançar de maneira efetiva para a consolidação de uma educação mais humana, crítica e transformadora, alinhada aos desafios do desenvolvimento sustentável e da cidadania plena.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

REFERÊNCIAS

ASEL – COLLABORATIVE FOR ACADEMIC, SOCIAL, AND EMOTIONAL LEARNING. What is SEL?. [S. l.]: Casel, 2020. Disponível em: https://casel.org/what-is-sel/

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisao. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1975.

FOX, L.; SANTIBAÑEZ, L.; NGUYEN, V.; ANDRÉ, P. **Education Reform in Mozambique**. Washington, DC: World Bank, s. d. Disponivel em: https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8975-1

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e educação**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1993a.

FREIRE, P. Política e educação. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1993b.

KLEIN, D. H. **História das ideias pedagógicas do Brasil - "Demerval Saviani"**. São Paulo: Editores Associaos, s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Plano curricular do ensino primário**. Moçambique: MEPTZ, 2020. Disponível em: https://www.mept.org.mz

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Plano Estratégico da Educação 2020- 2029**. Moçambique: MEPTZ, 2020.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique.** Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique** (versão revista de 2004, com alterações até 2018). Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou Da Educação**. [*S. l.: s. n.*], s. d.

UNESCO. **Education for Sustainable Development Goals**: Learning Objectives. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383607.